

APRESENTAÇÃO

É com demasiada alegria que apresentamos a edição Ano 15 – Nº 1 jan./jun. 2023 da Revista Acadêmica Escola Superior do Ministério Público do Ceará, devidamente qualificada pela Capes como B3. Desde o histórico da revista e reformulação em 2017, atuamos com muita dedicação, trabalhando para chegar ao patamar que, hoje, muito nos orgulha. Celebramos e agradecemos a dedicação de todos os participantes, artífices de todas as edições, primando pela excelência científica e credibilidade desse periódico. Também, agradecemos a todas as congratulações e feedbacks apresentados pelos leitores, conselho editorial, pareceristas, articulistas, diretores gerais, procuradores-gerais, gestores e equipe editorial. Temos conhecimento das responsabilidades vinculadas imediatamente a tal qualificação. Dessa forma, buscaremos intensificar esforços na direção da excelência e inovação, objetivando incremento na qualidade e inovação da revista, na tentativa de fomentar reflexões e abraçando as considerações de criticidade elevada de nossos leitores.

Nessa edição, publicamos o total de 10 (dez) artigos científicos, sendo 5 (cinco) internos e 5 (cinco) externos. O primeiro artigo interno, intitulado “Vitimização feminina na comarca de Fortaleza: um estudo de inquéritos policiais e processos de homicídios femininos”, de autoria de Ythalo Frota Loureiro, investiga a vitimização feminina na cidade de Fortaleza-CE, realizando seu recorte estatístico do feminicídio corridos entre os anos de 2015 a 2019. O segundo artigo, “Acordo de não persecução nos crimes eleitorais: aspectos controvertidos”, elaborado por Carlos César Osório de Melo e Emmanuel Roberto Girão de Castro Pinto, aborda a aplicabilidade do acordo de não persecução penal (ANPP) aos crimes eleitorais. O terceiro artigo, dos autores Carlos Eduardo Lima Fernandes e Marcus Vinícius Amorim de Oliveira, realiza uma análise documental, bibliográfica e legislativa concernente a crimes ambientais e é intitulado “Crimes ambientais, teoria da dupla imputação e responsabilidade penal da pessoa jurídica: uma perspectiva sobre a jurisprudência do STJ e do STF”. Já o quarto, “A extrajudicialização como forma de redução da morosidade do poder judiciário: análise de dados de procedimentos judiciais e extrajudiciais dos anos de 2018 à 2022 na comarca de Assaré – Ceará”, foi elaborado por Pedro Henrique Maciel Freires e Jânio Taveira Domingos e trata da demanda no judiciário e sua crescente decorrência de processos peticionados diariamente, com seus acúmulos e burocracia e a análise de métodos alternativos para agilizar esses acúmulos de processos. O quinto e último é intitulado “O princípio da proibição do retrocesso social e sustentabilidade dos direitos sociais: análise da doutrina e da jurisprudência do tribunal constitucional português”, escrito por Biltis Diniz Paiano

e Harley Sousa de Carvalho, analisa os principais aspectos da Proibição do retrocesso social e discorre sobre suas abordagens doutrinárias e jurisprudências.

Compõem os 5 (cinco) artigos externos: o primeiro, “A influência das emergências climáticas nos direitos fundamentais de crianças e adolescentes”, dos autores Anna Karina Omena Vasconcello Trennepohl e Eduardo Dias de Sousa Ferreira, analisa o contexto das implicações das emergências climáticas nos direitos humanos de crianças e adolescentes, com base em dados coletados junto aos relatórios recentes da Organização das Nações Unidas (ONU), do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e de outras instituições públicas e privadas. O segundo, “Torso cansado de Apolo: Peter Sloterdijk, Byung-Chul Han e as implicações da antropotécnica como autorrealização”, trata da análise do pensamento do filósofo alemão Sloterdijk acerca da antropotécnica e a contraposição da sociedade do cansaço em Byung-Chul Han. O terceiro, dos autores Gabriel Santos Limas, Felipe Augusto Oliveira Rodrigues e João Vitor Penna, intitulado “Tutela coletiva da reparação civil por danos ao consumidor e ao meio ambiente: o realinhamento teórico do direito privado e os instrumentos do processo coletivo”, refere-se ao processo coletivo frente aos desafios apresentados pela responsabilidade civil ambiental e consumerista. O quarto, “Reflexão acerca da aplicação das técnicas de diferenciação do procedimento aos procedimentos judiciais especiais e extrajudiciais”, de Maurício Schibuola de Carvalho, trabalhou o artigo nas linhas do neoconstitucionalismo, do formalismo-valorativo e da força normativa da Constituição, analisa a aplicação das técnicas diferenciadas de procedimento entre os procedimentos judiciais comum e especial, bem como entre os procedimentos judiciais e os extrajudiciais de titularidade do Ministério Público, em atenção ao perfil resolutivo. Ao último, intitulado “Crianças e adolescentes com deficiência: proteção integral e tutela do ministério público”, a autora analisa a competência das Varas da Infância e Juventude e das atribuições das Promotorias especializadas quanto à tutela dos direitos de crianças e adolescentes com deficiência, sopesando o histórico social e a realidade da estrutura organizada pelos órgãos públicos envolvidos.

Por fim, esperamos contribuir mais ainda para a divulgação das pesquisas relacionadas ao Ministério Público, disseminando o conhecimento e, conseqüentemente, contribuir para uma sociedade cada vez mais humana, equânime e justa.

Boa leitura!

Equipe da Revista Acadêmica Escola Superior do Ministério Público do Ceará.